



Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES)

ELAINE CALIMAN SPOSITO

Universidade Federal de Viçosa

LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU

Embrapa Meio Ambiente

RESUMO

O artigo apresenta uma análise sobre a comercialização da produção de alimentos orgânicos em Vitória (ES), além da discussão sobre esta temática da pesquisa. O objetivo é entender como e em que condições o mercado valoriza a produção local, fortalece a produção familiar ecológica e a soberania alimentar. A metodologia da pesquisa levou em consideração dados quantitativos e qualitativos. A avaliação mostra que os produtos orgânicos são comercializados por vendas diretas e indiretas. Dentre os canais de comercialização avaliados, foram as feiras livres de produtos orgânicos que apresentaram a maior diversidade de produtos, além do menor preço, valorizando a produção familiar orgânica e promovendo o empoderamento dos produtores e o acesso à alimentação saudável para o consumidor local.

Palavras-chave: Agricultura orgânica. Agricultura familiar. Agroecologia. Circuitos curtos.

FAMILY PRODUCTION DIVERSITY AND ORGANIC PRODUCTS COMMERCIALIZATION OF VITÓRIA (ES)

ABSTRACT

This paper presents an analysis on organic food production commercialization in Vitoria (ES), and the discussion about this research theme. The goal is to understand how and under which conditions the market valorizes the local production, strengthening the ecological familiar production and the food sovereignty. The research methodology took into consideration quantitative and qualitative data. The evaluation shows that organic products are commercialized by direct and indirect sales. Among the evaluated commercialization channels, were the organic product outdoor markets that showed a greater product diversity, in addition to a lower price, valuing the organic familiar

production, promoting the empowerment of producers and the access to healthful alimentation for local consumer.

Keywords: Organic agriculture. Family farming. Agroecology. Short circuits.

DIVERSIDAD DE LA PRODUCCIÓN FAMILIAR Y DE LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS ORGÁNICOS DE VITÓRIA (ES)

RESUMEN

El artículo presenta un análisis sobre la comercialización de la producción de alimentos orgánicos en Vitória (ES), además de la discusión sobre esa temática de la investigación. El objetivo es entender cómo y en qué condiciones el mercado valora la producción local, fortalece la producción familiar ecológica y la soberanía alimentaria. La metodología de la investigación tuvo en cuenta datos cuantitativos y cualitativos. La evaluación muestra que los productos orgánicos son comercializados por ventas directas e indirectas. Entre los canales de comercialización evaluados, fueron las ferias libres de productos orgánicos las que presentaron mayor diversidad de productos, además del menor precio, valorizando la producción familiar orgánica y promoviendo el empoderamiento de los productores y el acceso a la alimentación sana para el consumidor local.

Palabras clave: agricultura orgánica, agricultura familiar, agroecología, circuitos cortos.

Apoio financeiro: CAPES

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no bojo da temática do desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, analisada a partir da abordagem da sociologia compreensiva. Deve-se esclarecer que a agroecologia é entendida como uma ciência em construção, que se apoia na ação social coletiva de determinados setores da sociedade civil, busca a prática e o manejo equilibrados dos recursos naturais, considerando as especificidades locais. Assim, preconiza sistemas inovadores de comercialização que visam garantir preços mais justos, tanto para os produtores familiares quanto para os consumidores (BELLON; ABREU, 2005).

A agroecologia propõe a prática de uma agricultura ecológica, que incorpore a ideia de justiça social e proteção dos sistemas agrários. Também defende o preço justo a partir da comercialização que aproxima o produtor do consumidor. Entretanto, apesar dos avanços no âmbito do desenvolvimento da agroecologia no País, especialmente viabilizado por políticas públicas associadas ao mercado institucional (compras pelo governo de alimentos da agricultura orgânica e familiar), os produtores ainda apresentam dificuldades nos processos de comercialização de produtos orgânicos e, muitas vezes, acabam comercializando em supermercados e por meio de atravessadores, o que não garante a sustentabilidade em médio e longo prazos, e muitos retornam ao modelo convencional de produção agrícola, que se caracteriza também pela especialização da produção e uso de insumos agroquímicos.

A alimentação adequada, não obstante, é um direito fundamental do ser humano, previsto no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN foi criado pela lei nº 11.346/2006, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Em seu artigo 3º, dispõe que a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Porém, o alimento que chega ao consumidor, atualmente, ainda não garante, de forma mais ampla, esse direito. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (PARA/Anvisa), que avalia a qualidade dos alimentos em relação aos resíduos de agrotóxicos, vem mostrando, em seus relatórios, resultados preocupantes no que diz respeito à contaminação de alimentos. Segundo os dados de 2011, 78% dos alimentos analisados continham resíduos de agrotóxicos e 36% apresentaram resultado no limite máximo de resíduo (LMR) estabelecido. Somente 22% das amostras dos alimentos analisados estavam livres de agrotóxicos (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Além disso, o modelo de agricultura que faz uso extensivo de agrotóxicos, embora tenha alcançado aumentos na produtividade agrícola, também é responsável por grandes aumentos no consumo de energia, água e insumos, juntamente com consideráveis perdas de biodiversidade (FOLEY *et al.*, 2005).

Esse quadro torna-se ainda mais crítico ao constatar-se que 80% das terras aráveis do mundo vêm sendo cultivadas com um limitado número de espécies vegetais (milho, soja, trigo, arroz, principalmente), restringindo perigosamente a diversidade genética nos sistemas agrícolas. A maioria dessas espécies é cultivada em sistema de monoculturas, que, devido à homogeneidade ecológica, é particularmente vulnerável às alterações climáticas e a estresses bióticos (NICHOLLS *et al.*, 2015).

Entretanto, emergem no cenário atual, movimentos sociais que defendem estilos de agricultura que consideram a inter-relação e interdependência de solos, plantas, animais e atores sociais. No Brasil, as múltiplas combinações de práticas e gestão agroecológica deram origem a diversos estilos de agriculturas e de formas de produção e de inserção no mercado, que foram institucionalizadas, a partir de 2003, com a denominação de sistemas orgânicos de produção.

Conforme analisado por Darolt (2002), o que se denomina agricultura orgânica, na atualidade, representa a fusão de diferentes correntes de pensamento, oriundas, principalmente de grandes vertentes como a agricultura biodinâmica, biológica, orgânica e natural. Outros termos também encontrados são: permacultura, agricultura ecológica, regenerativa, alternativa, sustentável e agroecológica, que podem ou não se constituírem em práticas bem definidas. A diversidade de estilos de produção é também denominada de agricultura de base ecológica (ABREU *et al.*, 2009).

Contudo, para serem comercializados, os produtos devem atender à lei nº 10.831/2003, regulamentada pelo decreto 6.323/2007 (BRASIL 2003; 2007).

Enquadram-se nesse sistema, tanto estilos de produção que operam a simples substituição de insumos (químicos por biológicos) como aqueles que aplicam de forma ampla os princípios da agroecologia, conforme discutido por Abreu et al. (2012).

Enquanto abordagem científica, a agroecologia estimula a busca da otimização e da integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social.

Uma análise do perfil do mercado orgânico brasileiro (IPD, 2010), efetuada a partir de dados do Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, identificou 90.498 estabelecimentos rurais que não aplicavam produtos químicos e, portanto, foram consideradas, pelo IBGE, na categoria de orgânicos. O montante representa 1,7 % do total das unidades produtivas brasileiras identificadas. O estudo mostrou também que, desses, 83% são unidades familiares. Portanto, ainda que a categoria orgânica exija um conjunto de atributos (técnicos, ecológicos e sociais) que não foram consideradas no levantamento do IBGE, o resultado destaca o predomínio e a relevância do modelo de produção familiar para a produção orgânica no País.

Para Kerber e Abreu (2010), o desenvolvimento da agricultura de base ecológica pode ser considerado uma oportunidade para o fortalecimento econômico e social da agricultura familiar, e possibilita novas formas de integração ao mercado, que reflete interesses sociais e políticos específicos.

Entretanto, novos estudos são necessários a fim de determinar sob quais condições de produção e de inserção no mercado a produção orgânica pode aumentar os impactos positivos locais para produtores e consumidores. Nesse sentido, para Brandenburg, Lamine e Darolt (2013) e para Bellon e Abreu (2005), a relação com o mercado constitui-se em uma das dimensões mais importantes do desenvolvimento rural, já que se trata de um dos aspectos que mais interfere na organização social e produtiva.

Como resultado dessa visão do problema, os autores citados rejeitam a tese de que há um único caminho para o desenvolvimento da produção familiar orgânica, que combina concentração econômica com tecnologia industrial. A tese proposta é que a valorização econômica pode ocorrer também em sistemas de comercialização paralelos (venda direta em feiras livres, cestas entregues em domicílio, grupos de compras organizados, marcas e signos de qualidade associados a um determinado território ou processos de produção artesanal). Trata-se de mercados com potencial para desenvolver a produção familiar local.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar diversos aspectos da agricultura orgânica no Espírito Santo, que incluem: sistematização dos dados estatísticos existentes; avaliação da comercialização de seus produtos, dos principais pontos de vendas e fornecedores na capital Vitória, diversidade da produção e dos preços; e discute-se de que forma o mercado valoriza a produção local, fortalece a produção familiar ecológica e a soberania alimentar.

Dessa forma, inicialmente, apresenta-se o debate científico sobre a temática da pesquisa, descreve-se o contexto local e caracteriza-se o processo de desenvolvimento da agricultura orgânica. Em seguida, apresentam-se as formas de organizações e iniciativas dedicadas à produção orgânica, certificação e distribuição,

além da diversidade da produção e avalia-se o potencial da comercialização. Finalmente, discutem-se as perspectivas ou caminhos que possibilitam ao produtor agir face aos riscos e superar as dificuldades.

2 METODOLOGIA

A abordagem selecionada é construtivista, de natureza descritiva, utilizando-se métodos, simultaneamente, qualitativos e quantitativos. Revisões da literatura especializada sobre o tema foram conduzidas no decorrer da pesquisa, além de coletas de informações disponibilizadas por agentes envolvidos diretamente em redes de agroecologia e agricultura orgânica. Em síntese, foram utilizadas informações públicas disponíveis e dados adquiridos na pesquisa de campo.

Primeiramente, foram avaliados os dados estatísticos da produção orgânica do Estado do Espírito Santo. Informações sobre os produtores e números de unidades produtivas foram coletadas do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Também foram consultados os registros da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Estado do Espírito Santo - SEAG, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. As consultas ocorreram por meio do estabelecimento de contatos presenciais, troca de mensagens eletrônicas, participação em reuniões técnicas e eventos.

A pesquisa teve início em julho de 2013, entretanto as informações sobre preços e diversidade de produtos foram coletadas ao longo do ano de 2014, diretamente nos locais de comercialização de produtos orgânicos, com três visitas a cada estabelecimento.

Para a análise de diversidade, considerou-se um número de produtos distintos em cinco categorias de estabelecimentos: lojas especializadas, lojas de hortifrutigranjeiros, supermercados, feiras-livres de produtos orgânicos e feiras de exposição. A avaliação de preços foi realizada nos supermercados, nas lojas de hortifrutigranjeiros e nas feiras-livres de produtos orgânicos, e, para cada local, fez-se a média do valor do quilograma de cada produto ao longo do tempo. Essas médias foram comparadas entre si.

A fim de avaliar o destino da comercialização dos produtos orgânicos produzidos no Estado do Espírito Santo (ES) e comercializados em Vitória, tanto para a análise de preço quanto da diversidade da produção, considerou-se apenas produtos de fornecedores desse Estado.

3 O DEBATE CIENTÍFICO DA TEMÁTICA DA PESQUISA

Em todo o mundo, há uma vasta apropriação de grande parte dos recursos do planeta, gerando mudanças em florestas, terras, vias navegáveis e no ar, impulsionada pela necessidade de alimentos, fibras, água e abrigo. Dessa forma, enfrenta-se, atualmente, o desafio de gerenciar as trocas entre as necessidades humanas imediatas e a manutenção da capacidade da biosfera de fornecer bens e serviços em longo prazo (FOLEY *et al.*, 2005).

Alguns problemas associados ao atual modelo de produção agrícola incluem: poluição da água pelo uso excessivo de fertilizantes e agrotóxicos; diminuição na qualidade dos solos (erosão e baixa fertilidade) causada pelo manejo intensivo e inadequado desses sistemas; perdas na biodiversidade e hábitats nativos (BENNETT, 2001; STANLEY *et al.*, 2000); além de contaminações de pessoas e do meio ambiente (CARNEIRO *et al.*, 2015).

Ainda, a perda na biodiversidade refere-se também à diminuição da diversidade genética nos sistemas agrícolas mundiais. A agricultura moderna é dependente de um número reduzido de variedades das principais espécies cultivadas, de forma que, estima-se que o trigo, o milho, o arroz e as batatas representem cerca de 60% das fontes de alimento vegetal do mundo (VIGOUROUX *et al.*, 2011).

Muitos cientistas argumentam que a redução drástica da diversidade de plantas cultivadas tornou a produção mundial de alimentos mais vulnerável. Entre outros aspectos, eles têm alertado que a uniformidade genética das culturas está intimamente ligada a invasões de insetos-praga e epidemias (ADAMS *et al.*, 1971; ALTIERI e NICHOLLS, 2004; NICHOLLS *et al.*, 2015).

O conceito de recursos genéticos, como qualquer material genético com valor real ou potencial, foi desenvolvido, a partir dos anos 1960 e 1970, para enfatizar que os genes e as informações neles contidas têm valor estratégico, social e econômico e, por isso, devem ser tratados como recursos. A diversidade genética deveria, portanto, ser protegida para garantir a segurança alimentar da humanidade, tanto no presente como no futuro (SANTILLI, 2009).

Nesse contexto, há a emergência de movimentos sociais e formas de agriculturas ecológicas ou alternativas, surgindo também a demanda crescente por produtos provenientes desse tipo de produção, no qual se inserem, no Brasil e em outros países, os produtos orgânicos.

Para Brandenburg, Lamine e Darolt (2013), com a institucionalização da produção ecológica, esta atividade se expande para além dos atores ligados aos movimentos sociais e passa a abranger racionalidades distintas. Por um lado, há práticas que se opõem ao domínio produtivista e mercantil, e, por outro, há aquelas que assimilam a lógica do sistema, incluindo o que alguns autores chamam de convencionalização¹ da agricultura orgânica (DARNHOFER *et al.* 2010).

¹ De acordo com a hipótese da convencionalização, a agricultura orgânica está se tornando uma versão ligeiramente modificada da agricultura convencional moderna, resultando em muitas das características sociais, técnicas e econômicas similares (DARNHOFER *et al.* 2010).

Assim, as formas de comercialização dos produtos orgânicos se inserem nesse debate, e criam discussões a respeito de quais formas de organização e relação com o mercado valorizam a produção diversificada e culturalmente contextualizada. Atualmente, a “ditadura” do varejo no sistema agroalimentar é motivada, em parte, pela concentração do setor varejista em grandes empresas. A esse respeito, a tendência em voga é que ocorra um processo de fuga dos produtores, processadores e até de distribuidores de produtos orgânicos dos grandes supermercados para canais de circuito curto (FONSECA; NOBRE, 2005; NEVES, 2005; DAROLT, 2015).

Para Guivant (2003), no que se refere às pesquisas das cadeias de alimentos, a partir de 1990, os supermercados, ícones dos circuitos longos, suplantaram os canais curtos de comercialização, inclusive no setor de alimentos orgânicos. A autora discute que a tendência internacional dos estudos econômicos é de colocar os supermercados como canal central e dominante na expansão do consumo de produtos orgânicos, apesar da restrição do consumo, em muitos casos, às classes de maior poder aquisitivo.

No contexto internacional, os supermercados estabelecem estratégias de vendas para produtos considerados saudáveis e os alimentos orgânicos se diluem numa oferta de produtos diversos associados com bem-estar, saúde e qualidade de vida, em um consumo denominado “ego-trip” (preocupação básica com saúde) em contraste com o “ecológico-trip” (consumo relacionado a uma responsabilidade social e ambiental) (GUIVANT, 2003). Esse aspecto tem-se alterado pouco nos últimos anos.

Nesse sentido, em muitos locais eles são colocados em gôndolas onde, sem informação apropriada para os consumidores, são misturados com hidropônicos, que apresentam um preço menor e usufruem de uma imagem “limpa”; ou com produtos convencionais embalados de forma semelhante, com rótulos coloridos, que identificam o produtor e fortalecem a ideia errônea de que esse produto é “natural” (GUIVANT, 2003; DAROLT, 2012).

Ainda, conforme discutido por Peterson (2015), o crescente esclarecimento público quanto aos riscos dos agrotóxicos para a saúde promove o aumento da demanda por alimentos orgânicos e o volume da demanda cresce a taxas exponenciais, inflacionando o mercado, tornando-o acessível especialmente para consumidores com elevado poder aquisitivo. No entanto, a venda dos alimentos orgânicos a um preço superior ao dos convencionais não deve ser considerada uma condição natural, uma vez que a sobrevalorização monetária se deve ao fato de que esse segmento de mercado evoluiu como um nicho estruturado para vincular comercialmente poucos produtores a poucos consumidores (CARNEIRO et al., 2015). As feiras de produtos orgânicos e outras formas de comercialização direta podem modificar esse cenário.

Também, um estudo feito por Santos (2014) mostrou insuficiências e limitações no mercado dos produtos orgânicos em supermercados no Estado de São Paulo, verificando que há uma diferença significativa de preço do produto orgânico quando comparado com o não orgânico, tornando o mesmo pouco acessível à população.

Assis e Romeiro (2002) discutem a importância da busca por estratégias de mercado que não restrinjam a comercialização de produtos orgânicos a nichos de

mercado, na medida que o êxito da produção orgânica não depende somente da produção. A inserção no mercado pode representar um fator decisivo, considerando que o fator preço é, sem dúvida, um componente fundamental para a ampliação da base de consumo de produtos orgânicos.

Contudo, os canais preferenciais para venda de produtos orgânicos ao consumidor variam com a cultura dos diferentes países. Na Suécia, Dinamarca e Grã-Bretanha, os supermercados dominam a distribuição dos produtos. A venda em lojas especializadas representa um canal muito importante em países como Holanda e Alemanha. O segmento de vendas diretas ao consumidor, muito popular no Japão, por exemplo, tem pouca expressão na Alemanha (NEVES, 2005). No Brasil, um estudo em sete capitais brasileiras, mostrou que a maioria dos consumidores de produtos orgânicos ainda compra em supermercados, mas boa parte já complementa suas compras em lojas especializadas e feiras (KLUTH; BOCCHI; CENSKOWSKY, 2011).

Para Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), a cada ano, inovações em circuitos curtos criam diferentes formas de distribuição (cestas diversificadas; feiras de produtores noturnas; lojas virtuais por internet; vendas e degustação na propriedade; restaurantes com cardápios orgânicos; merenda escolar orgânica; venda direta na propriedade), o que demanda cada vez mais treinamento e informação qualificada para produtores e consumidores.

Já existem sinais de crescimento da comercialização orgânica em circuitos curtos no Brasil, como mostra a pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, que identificou 140 feiras ecológicas certificadas, em 22 das 27 capitais brasileiras. O estudo apontou também que, nos locais onde a agricultura familiar está presente, as vendas diretas são mais intensas em canais de circuitos curtos (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Nesse sentido, as feiras-livres são sempre destacadas quando se trata da comercialização de orgânicos. Normalmente, os produtores que realizam as entregas de cestas também participam de feiras verdes. Para Godoy e Anjos (2007), ainda hoje, as feiras desempenham papel importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar.

Assim, contribuem para o fortalecimento de um espaço de sociabilidade, extremamente dinâmico e diversificado sob o plano social, econômico e cultural, onde os indivíduos encontram maneiras de se ajudar, trocar informações e até fazer planos de aquisição conjunta. Segundo Wuerges e Simon (2007), a criação de feiras-livres orgânicas é uma alternativa às grandes redes varejistas e é imprescindível para popularizar a produção e o consumo.

Em relação aos fatores limitantes do aumento do consumo de orgânicos, Darolt (2002) afirma ser a pouca diversidade de oferta e, sobretudo, os preços não acessíveis, que impedem o crescimento do consumo. Vasquez, Barros e Silva (2008) destacam os elementos: preço alto, pouca variedade e a falta de informação do consumidor. Dessa forma, o consumo deve ser fomentado com estratégias que visem ao maior conhecimento dos benefícios dos alimentos e da aplicação dos princípios da agroecologia (ABREU, 2012).

Para Bellon e Abreu (2005), os mercados locais ainda não estão suficientemente desenvolvidos para garantir o acesso da população financeiramente menos favorecida aos alimentos orgânicos e o mercado de

circuitos curtos ainda carece de políticas públicas que fortaleçam e estimulem as iniciativas.

A revista *Agriculturas* (AS-PTA, 2005; 2008) dedicou dois volumes para tratar da temática do acesso aos mercados: “os mercados locais vêm merecendo crescente atenção por parte do movimento agroecológico na medida em que estabilizam os vínculos entre os sistemas produtivos e os circuitos de comercialização de produtos, e proporcionam transparência às relações entre os agentes dessas duas esferas econômicas”. Princípios como justiça social, soberania alimentar, solidariedade, autonomia, respeito à diversidade cultural, entre outros, e as relações sociais que permeiam a produção e o consumo são afirmados como dimensões-chave do processo de transição para uma agricultura orgânica e equilibrada.

Quanto aos consumidores envolvidos na cadeia de orgânicos, alguns autores afirmam que são moradores de grandes centros urbanos e cidades universitárias, conscientizados da necessidade de preservação do meio ambiente (NEVES, 2005) e da saúde.

Para Darolt (2012), existe uma percepção da maioria dos consumidores de que frutas, verduras e outros produtos “in natura” são saudáveis, porém, a maioria não faz conexão entre o alimento consumido e a forma de produção. Para ele, a educação para o consumo é uma das premissas para tornar o consumidor protagonista e motor de mudanças de hábitos de consumo.

A importância do papel do consumidor na mudança do consumo alimentar foi destacada também por Lang e Heasman (2004), que defendem a necessidade de se olhar para a comida como “locus do processo democrático”, com o objetivo de reforçar o papel dos cidadãos na gestão e controle do sistema alimentar.

Segundo Hassanein (2003), a democracia alimentar significa que todos os membros de um sistema agroalimentar têm oportunidades iguais de participação na formação do mesmo, bem como o conhecimento sobre as formas alternativas e relevantes de concebê-lo e operá-lo.

A geografia do sistema alimentar moderno, como um todo, revela o aumento da extensão e complexidade das cadeias dos alimentos, que produz um deslocamento tanto físico quanto social da produção e consumo, seguidas de perda de resiliência e da diversidade agrícola, degradação ambiental, desarticulação da comunidade, perda de identidade e do território (FEAGAN, 2007).

Nos últimos anos, novos tipos de cooperação vêm surgindo entre consumidores e produtores, em redes de alimentos, nas quais os consumidores desempenham um papel ativo na operação. Exemplos, incluem cooperativas de consumidores; grupos de compra solidária de alimentos locais e de base ecológica; agricultura apoiada pela comunidade e iniciativas de jardins urbanos coletivos (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012).

No contexto mundial, surgiram diversas tentativas políticas e sociais no sentido de “relocalizar” os sistemas alimentares. Renting, Schermer e Rossi (2012) afirmam que, na última década, um crescente corpo de literatura tem documentado o aparecimento de novas formas de cooperação entre produtores e consumidores em redes de alimentos, em oposição à globalização dominante e tendências de concentração de mercados de alimentos. Essas novas relações entre consumidores e produtores têm sido alvo de estudo, a partir de várias perspectivas teóricas,

utilizando diferentes denominações conceituais, como as redes de alimentos alternativos, cadeias curtas de abastecimento alimentar, sistemas agroalimentares localizados ou sistemas alimentares locais (DAROLT *et al.* 2015).

Estudos recentes analisam as “redes alternativas de alimentos” a partir da perspectiva do consumo sustentável e das tentativas sociais de construção dos espaços econômicos alternativos para os sistemas agroalimentares. Surge assim o conceito de “redes alimentares cívicas”, em que os cidadãos participam da construção da democracia alimentar e sugerem a necessidade de uma reavaliação do papel de mecanismos de governança orientados à sociedade civil como fonte de inovação e transformação de sistemas agroalimentares (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; RENTING; SCHERMER; ROSSI 2012).

Assim, a problemática tratada no artigo é parte dessa discussão ampla em torno da diversidade da produção orgânica, e sua contribuição na proteção dos sistemas agrários; e da inserção desses produtos no mercado, oferecendo uma comercialização mais justa ao produtor e mais acessível ao consumidor.

4 O CONTEXTO LOCAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR

A zona rural do Estado do Espírito Santo apresenta expressiva presença da agricultura familiar. Um levantamento no Estado das unidades rurais classificadas na categoria familiar mostrou que a estrutura fundiária capixaba se mostra mais fragmentada do que no restante do País (BERNARDO NETO, 2012).

O total de estabelecimentos agrícolas do Espírito Santo é de 84.356 e, desse conjunto, o IBGE identificou 67.403 unidades de produção familiar, o que representa mais de 79% da totalidade de estabelecimentos. Entretanto, em relação à área fundiária total, observa-se que esta é de 2.838.178 ha, dos quais somente 966.797 ha pertencem aos produtores familiares. Do total da área plantada com culturas temporárias, 160.789 ha, que se constitui *a priori* na totalidade da área mais apropriada para o cultivo de legumes, hortaliças, grãos e pequenos animais, somente 1/3 pertence à produção familiar (IBGE, 2006). Sugere-se que um estilo de agricultura diversificado, voltado para o mercado interno e baseado na produção familiar, é uma alternativa socioeconômica importante para o Estado do Espírito Santo.

Essa estrutura fundiária do Estado do Espírito Santo, em que predomina a agricultura familiar, reconhecidamente confere aos agricultores maiores chances de sucesso na aplicação dos princípios da agroecologia, devido à sua identificação forte com a terra e com os recursos naturais (patrimônio familiar) e conhecimento empírico voltado para a diversificação produtiva.

Como sintetizado por Kerber e Abreu (2010), a exploração familiar expressa condições objetivas de produções internas e externas: acesso às políticas públicas, educação ou conhecimento empírico acumulado e não erodido, sistemas de valores associados à preservação da herança cultural ou/e aquisição de valores pela interação social ao longo do tempo, que geralmente influenciam fortemente o processo de adaptação e as mudanças sociais e ambientais que ocorrem no meio rural. Esse processo de adaptação da agricultura familiar inclui a opção por estilos de produção mais sustentáveis.

Entretanto, os últimos números da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e do Centro Estadual de Atendimento Toxicológico - Toxen elevaram o Espírito Santo ao primeiro lugar no ranking nacional das contaminações e mortes por agrotóxicos (CAMPOREZ *et al.*, 2015). Portanto, há necessidade de alternativas a essas condições precárias de trabalho e de vida.

Nesse sentido, a agricultura orgânica poderia ser um caminho para o desenvolvimento da agricultura do Estado, como é reconhecido pelo Novo Plano Estratégico da Agricultura Capixaba – PEDEAG, 2007-2025, que apresenta estudos setoriais para a Agricultura Familiar e Agroecologia/Agricultura Orgânica (ESPÍRITO SANTO, 2008).

O PEDEAG reconhece que a agricultura orgânica possui um forte potencial no Espírito Santo, mas possui elementos que dificultam seu estabelecimento, tais como: a fragilidade das organizações de base; o alto custo da produção (início do processo) e a baixa produtividade; o baixo incentivo aos mercados locais e o preço baixo pago aos produtores na venda aos atravessadores ou diretamente para supermercados e pouca integração entre o setor público e produtores (ESPÍRITO SANTO, 2008).

As metas do Novo PEDEAG indicam a ampliação de áreas, a implantação efetiva de um Programa Estadual de Agricultura Orgânica; o desenvolvimento tecnológico da agricultura orgânica como suporte à produção de base familiar e à segurança alimentar; o incremento do número de unidades de produção orgânica certificada (Auditoria e Sistemas Participativos de Garantia, chegando a 2.500 em 2025) e o incremento da comercialização de produtos orgânicos (ESPÍRITO SANTO, 2008). Entretanto, em 2015, o cenário ainda está distante das metas, como mostram os dados do presente artigo, baseado em dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos-CNPO e de atores que trabalham diretamente nesse setor.

5 PANORAMA DA AGRICULTURA ORGÂNICA DO ESPÍRITO SANTO (ES)

Os tópicos 5.1, 5.2 e 5.3 deste artigo referem-se aos resultados da pesquisa de campo e correspondem à coleta, sistematização e avaliação de dados estatísticos; mapeamento de diferentes canais de comercialização e fornecedores de produtos orgânicos produzidos no Estado do Espírito Santo e comercializados em Vitória; além da análise de diversidade e preço dessa produção.

5.1 Avaliação dos dados estatísticos

Os mecanismos de controle e informação da qualidade de produtos orgânicos são regulamentados por intermédio da Instrução Normativa nº19, de 28 de maio de 2009, do MAPA. O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica integra os *Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica - SPPG* e a *Certificação por Auditoria Externa*. São sistemas de certificação da qualidade identificados por meio de um selo único oficial (BRASIL, 2007; 2009).

Além disso, a Instrução Normativa nº 19 prevê o controle social na venda direta de produtos orgânicos sem certificação, por meio da comercialização por agricultores familiares vinculados a Organizações de Controle Social - OCS, cadastradas no MAPA ou em outro órgão fiscalizador conveniado. Os produtos são vendidos diretamente aos consumidores em feiras e pequenos mercados locais e

essa comercialização é baseada na relação de confiança estabelecida entre produtores e consumidores.

Contudo, em todos os casos, o produtor deve fazer o registro no CNPO, que refere-se à base de dados com informações relativas aos produtores orgânicos em conformidade com a regulamentação brasileira para a produção orgânica (BRASIL, 2009).

Assim, avaliou-se as informações presentes nos cadastros do CNPO² para o Estado do Espírito Santo. Esta avaliação indicou que houve uma diminuição do número de registrados no setor, do ano de 2013 para 2014. Entretanto, a análise detalhada e comparativa dos dados sugere que esse decréscimo está possivelmente relacionado a limitações na alimentação desses dados. Há indícios de que esse número de cadastros esteja subestimado, principalmente, por dificuldades na sua atualização por parte de algumas entidades. Junto a isso, pouco recurso em infraestrutura e pessoal tem sido direcionado para esse setor do MAPA, o que dificulta a obtenção de uma visão apurada sob o aspecto estatístico e expressa a falta de prioridade pública para o setor.

Por exemplo, comparando-se os dados de 2013 e 2014, 64,67% do total de cadastros de 2013 não reaparecem em 2014, sendo a maior parte desse número correspondente a cadastros de OCS. Considerando que a maioria dessas Associações continuam ativas e comercializando seus produtos no Estado, possivelmente, essas organizações não tiveram a atualização de seus dados junto ao MAPA.

No que diz respeito à distribuição geográfica desses cadastros, apenas a Tabela de 2014 apresenta esses dados completos. Os municípios do ES que possuem o maior número de cadastros são Santa Maria de Jetibá, Cariacica e Iconha, com 46, 14 e 30 produtores, respectivamente. Todos esses contam com a presença de associações de produtores orgânicos, o que tem propiciado o fortalecimento da agricultura orgânica nesses locais, representando um capital social para essas comunidades, uma vez que cria espaço de trocas de experiências e laços de cooperação coletiva.

Também são relevantes para a compreensão da agricultura orgânica dados referentes à área e ao volume de produção, além da diversidade de itens produzidos. Porém, o CNPO não contém esses itens para consulta. Contudo, valores aproximados, obtidos de informações parciais de fontes diversas, são apresentados no Quadro 1.

² Durante a pesquisa, as planilhas do CNPO disponíveis foram arquivadas, o que permitiu a análise comparativa dos dados, uma vez que o sítio eletrônico do MAPA não disponibiliza dados anteriores.

Quadro 1. Informações referentes à área, ao volume e à diversidade de produção orgânica do ES, segundo fontes diversas

	CNPO- MAPA (2013;2014 respectivamente)	Instituto Chão Vivo (fev-2015)	(SFA-ES) OCS (até 2014)	SEBRAE (2014)	SEAG via mídia local (2013)	SEAG via mídia local - 2013 (esperado para 2014)	PEDEAG (previsão para 2025)
Nº de Unidades produtivas consideradas	167; 155	95	112	86	200	600	2.500
Área (ha)	-	472,0	1.179,25	-	4.000	12.000	-
Volume	-	-	-	-	2,5 t/mês	7,5t/mês	-
Diversidade	-	260*	-	207	-	-	-

Fonte: elaborado pelas autoras, com base no levantamento em: SFA ES-MAPA, Instituto Chão Vivo, SEBRAE e SEAG, jornal A Gazeta de 04 de março de 2013, Novo PEDEAG.

*valor aproximado.

Assim, com os dados do Instituto Chão Vivo e os de OCS foi possível estimar uma área atual total de produção orgânica de 1.651,256 ha, que é um número bem abaixo daquele informado pela SEAG (4.000 ha) em 2013, via mídia local. Isso sugere, novamente, que há dados referente ao setor que não estão devidamente sistematizados. Também foi possível estimar um número total, aproximado, de 260 itens certificados, que incluem diversas variedades de hortaliças (folhagens, legumes, tuberosas, medicinais e condimentares), cereais, leguminosas, flores, frutas, café e aguardente de cana.

Ainda, com relação às unidades produtivas do Espírito Santo, o número de cadastros do CNPO, em 2013 e 2014, foi 167 e 155 unidades de produção, respectivamente. Esses números também se apresentam distantes das previsões do SEAG para 2014 e do Novo PEDEAG para 2025.

Dessa forma, a avaliação da situação atual da agricultura orgânica no Espírito Santo e as previsões de sua expansão dependem, entre outros aspectos, da concentração de dados dispersos e da atualização das informações quantitativas, um esforço que envolve diversas entidades associados ao setor, além do MAPA. Reafirma-se, assim, a necessidade de prioridade no levantamento e organização desses dados.

Contudo, ainda que as políticas públicas tenham sido deficitárias e insuficientes em termos de aporte de recurso financeiro, é importante ressaltar alguns elementos que favoreceram o desenvolvimento da agricultura orgânica no Espírito Santo, como os auxílios concedidos a produtores, provenientes da SEAG e SEBRAE-ES, especificamente para o pagamento de certificações por auditoria. Nessas parcerias, essas instituições arcam com uma porcentagem, que varia entre 80% e 90%, da certificação dos produtores, que, até o momento, foram emitidas pelo Instituto Chão Vivo de Avaliação da Conformidade.

5.2 Pontos de comercialização, fornecedores e distribuidores de produtos orgânicos do ES, em estabelecimentos de Vitória

A comercialização de produtos orgânicos na região metropolitana de Vitória constitui-se por vendas diretas, em feiras-livres e feiras de exposição; e por vendas indiretas, em supermercados, loja de hortifrutigranjeiros, cestas de entrega, restaurantes e lojas especializadas, conforme mostra o Quadro 2.

Os fornecedores identificados nos canais de vendas indiretas (Figura 1a) foram: Bom Fruto (GTZ hortifrutigranjeiros LTDA); Domaine Agroecologia LTDA; Penhazul, Sítio Liberdade, Sítio Rossmann e Dukin cogumelos. Em restaurantes, algumas lojas especializadas e cestas de entrega, o suprimento dos produtos é proveniente de feiras-livres ou diretamente com o produtor.

As vendas diretas (Figura 1b) efetuadas por produtores e associações de produtores, foram encontradas em feiras de exposição e feiras livres de produtos orgânicos da metrópole de Vitória. Além disso, há o fornecimento de produtos orgânicos para compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Quadro 2. Principais canais de comercialização direta e indireta de produtos orgânicos na região metropolitana de Vitória

Comercialização	Canais	Produtos
Venda direta	Feiras de exposição	Verduras, legumes, frutas, geleias, compotas, café, feijão, arroz e farinhas
	Feiras-livres de produtos orgânicos	Verduras, legumes, frutas, café, feijão, arroz, farinhas
Venda direta e indireta	Cesta de entrega	Frutas, verduras, geleias, café, ovos, carnes
Venda indireta	Loja de hortifrutigranjeiros	Frutas, verduras e legumes, ovos e cogumelo shiitake
	Lojas especializadas*	Legumes, verduras, geleias, café, frango, fubá, soja
	Restaurantes	Refeições com produtos orgânicos, pão
	Supermercados	Legumes, banana, cogumelo shiitake e geleia

Fonte: elaborado pelas autoras. *venda de produtos especializados: em orgânicos e em outras denominações como saudáveis, naturais e outros.

Figura 1. Comercialização de produtos orgânicos em supermercado (a) e feira-livre (b) de Vitória



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2014).

A grande metrópole de Vitória dispõe de oito feiras-livres especializadas em produtos orgânicos, distribuídas em quatro municípios: Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. Segundo informações das prefeituras locais, essas feiras possuem entre 5 e 21 feirantes, provenientes dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Iconha, Santa Leopoldina, Cariacica, Fundão e Viana.

As feiras livres especializadas representam espaços importantes para a comercialização desses produtos uma vez que a venda direta ao consumidor permite que este se aproxime do produtor e do alimento que consome e tenha a oportunidade de, se desejar, conhecer o contexto de produção desse alimento, desde os aspectos produtivos à comercialização. Ainda permite um retorno maior ao produtor, uma vez que diminui os intermediários.

Contudo, a pesquisa identificou questões que necessitam de aperfeiçoamento nesses espaços. Embora recebam a denominação de feiras orgânicas, em alguns casos, há a presença de barracas convencionais, como a que comercializa flores. Também há uma barraca que comercializa tapioca, com diversos recheios “convencionais”. As barracas orgânicas são identificadas como tal e, teoricamente, devem apresentar placas com o registro de certificação. Entretanto, nem sempre as informações estão disponíveis de forma clara ao consumidor.

Ainda em algumas barracas de produtores orgânicos há a presença de produtos de origem animal (como ovos, queijos e carnes), que ainda não possuem a certificação (já que esses produtores só são certificados para produtos de origem vegetal). Além disso, esses produtos estão irregulares, pois não apresentam nenhum carimbo de inspeção (municipal, estadual ou federal), o que obrigatório para a comercialização de produtos de origem animal. Embora esses representem uma renda importante para o produtor e, em muitos casos, é uma demanda do consumidor que preferem barracas com diversidade de produtos, pode representar um problema futuro para o feirante. Incentivos e orientações devem ser feitas no sentido auxiliá-los na regularização desses produtos.

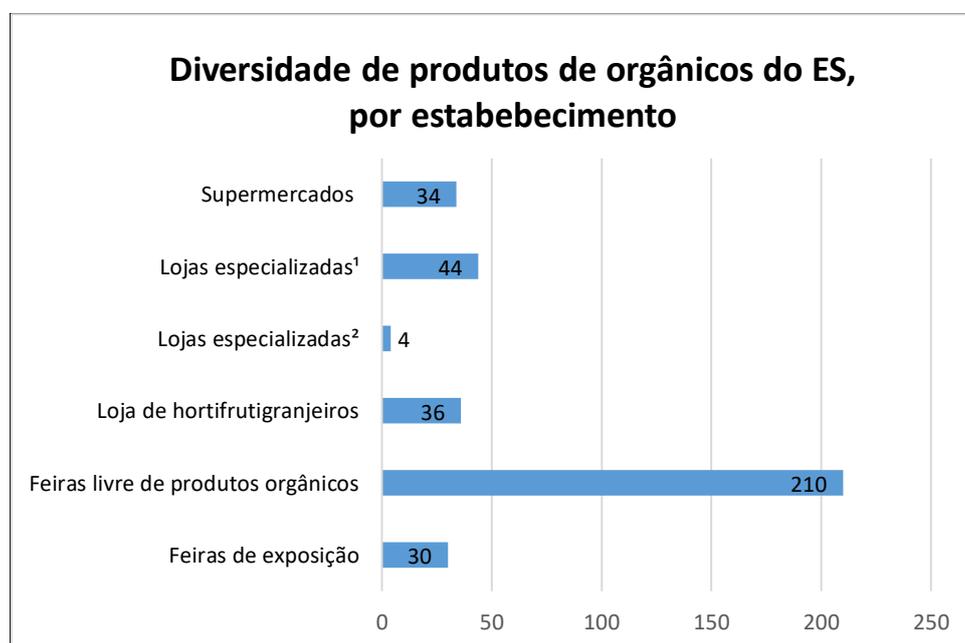
5.3 Análise comparativa da diversidade e do preço de produtos de orgânicos provenientes do ES, em estabelecimentos da cidade de Vitória

5.3.2 Avaliação da Diversidade

Avaliou-se a diversidade de produtos em quatro supermercados, uma loja de hortifrutigranjeiros, três feiras-livres de produtos orgânicos, três feiras de exposição e quatro lojas especializadas. O Gráfico 1 mostra a quantidade de itens encontrados, somando-se todos os locais analisados, por grupo de estabelecimento. Entretanto, durante a pesquisa, das lojas especializadas visitadas, apenas uma permaneceu comercializando produtos orgânicos do Estado do Espírito Santo. Com isso, a diversidade desse grupo modificou-se ao longo do tempo.

Comparativamente, os supermercados, a loja de hortifrutigranjeiros e feiras de exposição aparecem com uma diversidade de produtos parecidas entre si (com uma diferença de seis a quatro produtos distintos). Com relação às feiras de produtos orgânicos, essa diferença na quantidade de itens distintos em relação aos outros estabelecimentos foi, aproximadamente, de quatro a sete vezes maior. Ainda, a diversidade encontrada nas feiras aproxima-se à quantidade total de produtos produzidos no Espírito Santo, conforme informado pela certificadora Instituto Chão Vivo e pelo Sebrae (Quadro 1).

Gráfico 1. Diversidade de produtos orgânicos provenientes do Espírito Santo, por estabelecimentos de Vitória



Fonte: dados da pesquisa, elaborado pelas autoras.

¹início da pesquisa; ² final da pesquisa.

Percebeu-se ainda, nas feiras, uma grande variedade de produtos encontrada por barraca que, normalmente, referem-se a uma ou duas propriedades, e reflete a diversificação desses sistemas produtivos. Isso pôde ser confirmado pelos certificados de auditoria que alguns produtores apresentaram em suas barracas, onde consta a listagem de produtos certificados, por propriedade. Nesse

documento, foi possível encontrar propriedades com até 82 itens distintos certificados.

Essa diversidade proporciona sistemas agroalimentares mais equilibrados e aumento da resiliência do agroecossistema, além do desenvolvimento da soberania alimentar local, caracterizada por Wittman (2011) como o direito de os povos locais terem o controle da diversidade dos sistemas alimentares locais, patrimônio associado às culturas alimentares e modos de produção diversificado.

Um dos pilares da prática da agricultura orgânica e das bases científicas da agroecologia é o aumento da biodiversidade total do sistema. Isso pode ser conseguido por meio de agroecossistemas com um maior número de espécies e variedades de culturas (diversidade no espaço); pelo aumento de rotações de culturas (diversidade ao longo do tempo); eliminação de agrotóxicos e manutenção de áreas nativas (GLIESSMAN; ROSEMEYER, 2010).

Essas transformações em áreas antes ocupadas com monoculturas favorecem a diversidade nos campos de cultivo e a heterogeneidade na escala da paisagem, uma estratégia que representa um caminho consistente para o aumento da produtividade, da sustentabilidade e da resiliência da produção agrícola, ao mesmo tempo em que reduz os impactos socioeconômicos e ambientais negativos advindos com as alterações climáticas (ALTIERI, 2002, DE SCHUTTER, 2010; NICHOLLS et al., 2015).

5.3.2 Avaliação do Preço

Estudou-se, ainda, os preços de 24 produtos orgânicos do Estado do Espírito Santo, em quatro supermercados, uma loja de hortifrutigranjeiros e três feiras orgânicas da grande metrópole de Vitória. Nos canais indiretos, avaliou-se apenas os produtos do fornecedor Bom Fruto, com exceção da banana (Bom fruto e Sítio Liberdade), do cogumelo shiitake (Dukin) e dos ovos (Domaine).

Para a comparação dos preços entre grupos de estabelecimentos, calculou-se, para cada produto, as seguintes médias: média dos preços dos quatro supermercados e da loja de hortifrutigranjeiros (média 1), média dos preços apenas dos quatro supermercados (média 2) e média dos preços das feiras (média 3). Os resultados são apresentados no Quadro 3 e os valores estão aproximados para duas casas decimais. Avaliou-se a diferença de preços entre estabelecimentos de comercialização direta e indireta, através das diferenças entre as médias 1 e 3, e entre as médias 2 e 3. Para melhor visualização, utilizou-se, com o auxílio do Excel, a diferença de preço percentual, conforme fórmulas abaixo:

$$[(\text{Média 1} - \text{Média 3}) / \text{Média 3}] * 100 = X$$

X= Diferença, em porcentagem, entre as médias dos preços dos produtos orgânicos de estabelecimentos de comercialização indireta e das feiras-livres.

$$[(\text{Média 2} - \text{Média 3}) / \text{Média 3}] * 100 = Y$$

Y= Diferença, em porcentagem, entre as médias dos preços dos produtos orgânico dos supermercados e das feiras-livres.

Quadro 3. Análise comparativa das médias dos preços, em reais por Kg, de produtos orgânicos do Espírito Santo, em canais diretos e indiretos, na região metropolitana de Vitória

Produtos	Média 1, em R\$/Kg	Média 2, em R\$/Kg	Média 3, em R\$/Kg	Diferença entre médias 1 e 3, em %	Diferença entre médias 2 e 3, em %
Abóbora	8,43	9,65	3,14	168,47	207,32
Abobrinha	8,21	8,76	3,29	149,54	166,26
Banana-prata	4,99	4,87	2,75	81,45	77,09
Batata-baroa	14,38	14,23	5,21	176,01	173,13
Batata-doce	9,13	9,42	3,29	177,51	186,32
Batata-inglesa	17,67	18,74	4,29	311,89	336,83
Berinjela	11,78	12,53	3,86	205,18	224,61
Beterraba	7,61	8,01	3,4	123,82	135,59
Cebola	13,50	14,38	5	170,00	187,60
Cenoura	9,12	9,40	3,14	190,45	199,36
Chuchu	4,69	4,86	2,64	77,65	84,09
Cogumelo shiitake	11,19	9,4	-	-	-
Couve-chinesa	4,14	4,99	-	-	-
Couve-flor	12,66	13,61	-	-	-
Ervilha (torta)	23,82	29,16	-	-	-
Feijão-carioca	13,98	-	6	133	-
Feijão-preto	12,98	-	6,6	96,67	-
Feijão-vermelho	13,98	-	7,17	94,98	-
Inhame	9,46	10	3,71	154,99	169,54
Jiló	11,74	12,43	4,1	186,34	203,17
Milho verde	11,45	12,9	-	-	-
Pepino comum	8,65	9,24	3,33	159,76	177,48
Pepino japonês	12,44	13,67	3,75	231,73	264,53
Pimentão verde	12,27	13,03	4,33	183,37	200,92
Quiabo	12,86	13,05	6,43	98,13	102,95
Rabanete	9,63	10,7	-	-	-
Repolho verde	5,20	5,6	-	-	-
Repolho roxo	6,06	6,58	-	-	-
Tomatinho	21,27	24,04	5	325,4	380,8
Vagem com caroço	13,89	14,12	6	131,5	135,33
Vagem francesa	17,86	17,82	7	155,14	154,57
Yakon	-	9,99	4,67	113,92	113,92
Total: 36					

Fonte: dados da pesquisa, elaborados pelas autoras.

Para quase todos os produtos e estabelecimentos, o valor do quilo de cada produto não variou ao longo do período analisado, com exceção do quiabo, cebola, chuchu e jiló, em dois estabelecimento diferentes e, nesse caso, considerou-se a média dos valores. Essa estabilidade de preço pode ocorrer se esse tipo de produto não sofrer, de forma significativa, com as oscilações do mercado, ou for comercializado por um valor muito acima do mercado. As feiras também não apresentaram oscilações de preço ao longo do período analisado.

Todos os produtos orgânicos avaliados apresentaram preços maiores nos supermercados e loja de hortifrutigranjeiros do que nas feiras orgânicas, com a diferença entre as médias dos preços, em porcentagem, variando de 77,09% a 380,8%, para a Banana-prata e Tomatinho, respectivamente. Os produtos da feira vendidos por peça ou maço; couve-chinesa, couve-flor, rabanete, repolho, rabanete, nabo milho e ervilha tora, não foram comparados, pois não seguiram o padrão de peso avaliado.

Ainda, pôde-se observar que, para o mesmo produto e fornecedor, a média 1 de quase todos produtos foi menor do que a média 2, com exceção da Banana e do Shiitake, indicando que a loja de hortifrutigranjeiros, de uma forma geral, comercializa o mesmo produto que o supermercado por um preço menor. Isso pode ser um indicativo de que este último grupo de estabelecimento esteja comercializando seus produtos orgânicos por um sobrepreço ainda maior do que o já encontrado nesse setor.

Dessa forma, as feiras de orgânicos da região metropolitana de Vitória mostraram-se importantes, não só pela aproximação do produtor ao consumidor, mas também por permitirem o acesso a produtos orgânicos por um preço, dependendo do produto até, aproximadamente, cinco vezes menor do que no supermercado, além da diversidade já discutida anteriormente (Gráfico1). Esse tipo de relação parece apresentar-se como a melhor alternativa para que esses produtores consigam manter-se no mercado e para que cada vez mais consumidores tenham acesso a produtos orgânicos.

No entanto, a produção orgânica necessita ser alicerçada por medidas de suporte para a comercialização direta e por assistências técnica e financeira. Além disso, háda necessidade de promover-se campanhas para conscientizar o consumidor, escolas, hospitais, para que adotem a prática de consumo de produtos de orgânicos em seu dia a dia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostra que o desenvolvimento da agricultura orgânica do Estado do Espírito Santo é uma oportunidade de valorização econômica da produção, em especial dos hortifrutigranjeiros, desde que os produtores se organizem e redefinem suas formas de inserção no mercado convencional (supermercados e intermediários). As feiras-livres de orgânicos estimulam o fortalecimento da produção familiar, a expansão da agricultura orgânica e proporcionam melhores preços para o consumidor. A pesquisa mostra que a venda nesses canais de comercialização é indicada em termos de preços recebidos e é uma forma de atender à demanda crescente urbana da grande metrópole.

A garantia da segurança alimentar e nutricional e o respeito ao direito humano a uma alimentação adequada podem ser potencializados com o aprimoramento do papel do Estado (local e federal) por meio de políticas públicas de suporte ao desenvolvimento e à distribuição a um justo preço para consumidores e produtores.

Embora a agricultura orgânica, em muitos locais do mundo, caminhe para um modelo de substituição de insumos, com predomínio da especialização e redução da diversidade alimentar, o Estado do Espírito Santo ainda apresenta uma

agricultura orgânica familiar, com forte diversidade de produtos e opções importantes de comercialização por circuitos curtos. Isso possibilita um desenvolvimento territorial pautado no conceito de soberania alimentar para diversos municípios da região metropolitana, baseado em respeito ao ambiente, e saúde de produtores e consumidores. Assim, esse modelo de agricultura representa também um capital social importante para o Estado do Espírito Santo, característica primordial para a construção de uma democracia alimentar.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. *et al.* Trajetória e situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e no Estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 26, p. 149-178, 2009.

ABREU, L. S. *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 26, p. 143-160, 2012.

ALTIERI, M.A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Agriculture, Ecosystems and Environment** n. 93, p. 1-24, 2002.

AS-PTA Assessoria e serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Agriculturas, experiências em Agroecologia: **Equidade e soberania nos mercados**. Rio de Janeiro, V.5, n. 2 Junho, 2008.

AS-PTA Assessoria e serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, Agriculturas, experiências em Agroecologia: **Beneficiamento da produção e acesso a mercados**. Rio de Janeiro, V.2, n. 2 Junho, 2005.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.

BELLON, S.; ABREU, L. S. Formas sociais de desenvolvimento da horticultura orgânica familiar em áreas de cinturão verde do território de Ibiúna, estado de São Paulo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 381-398, 2005.

BENNETT, M.; CARPENTER, R.; CARACO, N. F. Human impact on erodable phosphorus and eutrophication: a global perspective increasing accumulation of phosphorus in soil threatens rivers, lakes, and coastal oceans with eutrophication. **BioScience**, v. 51, n. 3, p. 227-234, 2001.

BERNARDO NETO, J. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul**. 2012. 393p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2012.

BRANDENBURG, A; LAMINE, C; DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 4, p. 221-247. 2013.

BRASIL. Lei Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Publicado no **Diário Oficial da União** de 24/12/2003, Seção 1, Página 8.

_____. DECRETO-LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 2006; 18 set.

_____. Decreto Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007. Regulamenta a Lei nº10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Publicado no **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 de dezembro de 2007. Seção 1, Páginas 2 a 8.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa Nº 19, DE 28 DE MAIO DE 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. **Diário oficial da União**, Brasília, 29 de maio de 2009. Seção 1, p. 16 -26.

CAMPOREZ, Patrik et al. Rastro de Morte e contaminação por agrotóxico. **A Gazeta**, Vitória, 22 fev. 2015. p. 16.

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 642 p. Disponível em: http://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf Acesso em 07 jun 2015.

DARNHOFER, I.; LINDENTHAL, T.; BARTEL-KRATOCHVIL, R.; ZOLLITSCH, W. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. **A review. Agronomy for sustainable development**, 30(1), 67-81, 2010.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica** - Inventando o futuro. Londrina: IAPAR, 2002. 250p.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M; LAMINE, C; BRANDENBURG, A. Proliferação de distintos formatos de circuitos curtos de comercialização. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DAROLT, M; LAMINE, C; BRANDENBURG, ALENCAR, C. ABREU, L. S. Sistemas Agroalimentares alternativos e novas relações de produção-consumo na França e no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**. Aceito para publicação em março de 2015.

DE SCHUTTER, O. Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food. UN General Assembly. **Human Rights Council Sixteenth Session**, Agenda item 3 A/HRC/16/49, 2010.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG. **Plano estratégico de desenvolvimento da agricultura capixaba – Novo PEDEAG 2007-2025 – estudo setorial Agroecologia-Agricultura Orgânica**. Vitória, 2008, 115 p.

FEAGAN, R. The place of food: mapping out the 'local' in local food systems. **Progress in human geography**, v. 31, n. 1, p. 23-42, 2007.

FOLEY, A. et al. Global consequences of land use. **Science**, v. 309, n. 5734, p. 570-574, 2005.

FONSECA, M. F. de A. A.; NOBRE, F. G. de A. Tensões, Negociações e Desafios nos processos de Certificação na Agricultura Orgânica. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica**, 2005, p.217-236.

GLIESSMAN, S. R.; ROSEMEYER, M. (Eds.). **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices**. CRC Press, 2009.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, 2003.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 77-86, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 265 p.

IPD - Instituto de Promoção do Desenvolvimento. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba: IPD orgânicos, 2010, 54 p.

KERBER, M; ABREU, L.S. Trajetórias de transição dos produtores de base ecológica de Ibiúna/SP e indicadores de sustentabilidade. *Sociedade e Desenvolvimento Rural (online)*, Brasília, DF, v.4, n.1, jun- 2010.

KLUTH, B.; BOCCHI JR.U.; CENSKOWSKY, U. Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil. München, Germany: Organic Services e Jundiaí-SP: Vitalfood, 2010, 38p.

LANG T; HEASMAN M. **Food Wars: The Global Battle for Mouths, Minds and Markets.** London: Earthscan, UK, 2004.

MESQUITA, Z.; Agricultores e consumidores de produtos orgânicos: uma aproximação necessária. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 1, n.1, nov. 2006.

NEVES, M. C. P. Agricultura Orgânica na União Européia. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável** – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, 201- 214p.

NICHOLLS C.I.; ALTIERI M. A.; SALAZAR A. H.; E LANA M. A. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Cadernos para Debate** N.2, 2015.

PETERSON, P. Um novo grito contra o silêncio. In: CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

RENTING, H; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and planning A**, v. 35, n. 3, p. 393-412, 2003.

RENTING, H; SCHERMER, M; ROSSI, A. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, v. 19, n. 3, 2012.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTOS, E. P. **Produção orgânica: estratégia de marketing verde em supermercados.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. 140 p. – Campinas, SP, 2014.

SINGER, P. I. Comercialização e Agroindustrialização Familiar: desafios e conquistas. Seminário de Comercialização e Agroindústria familiar. MDA/ SAF. PRONAF e Itesp. 115-120 p. 2008.

STANLEY, W.; KATE, S.; SARA, S. J. Pilot Analysis of Global Ecosystems: Agroecosystems. **World Resources Institute**, Washington, DC, 2000.

VASQUEZ, S. F.; BARROS J. D. de S.; SILVA, M. de F. P. da. Agricultura orgânica: caracterização do seu consumidor em cajazeiras – PB. **Revista Verde. Mossoró** – RN, v.1, n.3, p. 152-158, 2008.

VIGOUROUX, J. et al. Biodiversity, evolution and adaptation of cultivated crops. *Comptes Rendus Biologies* 334: 450–457, 2011.

WITTMAN, H. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature?. **Environment and Society: Advances in Research**, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011.

WUERGES, E. W.; SIMON, A. A.; Feiras-Livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 2, n 2, out. 2007.

Elaine Caliman Sposito. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural ou Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Solos e Nutrição de Plantas UFV-MG. elainecalimans@yahoo.com.br

Lucimar Santiago de Abreu. Pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, Professora do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar. Dra. Ciências Sociais. End. Rua 02, 148. Condomínio Paineiras. Betel. Paulínia. CEP:13140000. lucimar.abreu@embrapa.br

Submetido em: 28/08/2015

Aprovado em: 10/03/2016